

UM PRISMA, MUITAS FACES: mapa de coletivos de mulheres, suas propostas e formas comunicativas¹

A PRISM, MANY FACES: women's collectives maps, their proposals and communicative forms

Paulo Justus²
Richard Romancini³
Fernanda Castilho⁴

Resumo: O artigo analisa os registros do Mapa de Coletivos de Mulheres (MAMU), para entender como o conceito de “organização de movimento social” (OMS) associa-se às iniciativas e como a dimensão comunicativa aparece nelas. Essa plataforma online possui o cadastro de 290 organizações, grupos e projetos de todo o Brasil, a partir de autodescrições. É feita uma análise descritiva e outra qualitativa dos registros (enquadramento), com comparações a respeito dos temas, das atividades e do enquadramento máster. É possível destacar, dentre os resultados: a diversidade temática das iniciativas; a internet tornou-se um espaço básico para a organização das mulheres, embora o uso inovador do meio seja baixo; as ações que destoam das concepções de referência sobre as OMSs estão ligadas à oferta de serviços (de espiritualidade, principalmente), à relação entre iniciativas do poder público e a causa feminina, e, por fim, a emergência de um “feminismo neoliberal”.

Palavras-Chave: Feminismo. Movimentos Sociais. Comunicação.

Abstract: The article analyzes the records of the Women's Collective Map (MAMU) to understand how the concept of “social movement organization” (SMO) is associated with initiatives and how the communicative dimension appears in them. This online platform has the register of 290 organizations, groups and projects from all over Brazil, from self-descriptions. A descriptive and a qualitative analysis of the records (framing) is made, with comparisons regarding themes, activities and the master framework. It is possible to highlight, among the results: thematic diversity in many initiatives; the internet has become a basic space for women's organization, although innovative use of the medium is low; the actions that depart from the conceptions of reference on the SMOs are linked to the service offerings (mainly spirituality), the relation between initiatives of the public power and the feminine cause, and, finally, the emergence of a “neoliberal feminism”.

Keywords: Feminism. Social Movements. Communication.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, 11 a 14 de junho de 2019.

² Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, paulo.justus@gmail.com.

³ Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor e mestre pela mesma instituição, richard.romancini@gmail.com.

⁴ Professora do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Fatec). Doutora e mestre pela Universidade de Coimbra, fernandacasty@gmail.com.

1. Introdução

A internet criou oportunidades de conexão entre pessoas, organizações e iniciativas com temas comuns. Isso permitiu que instituições e movimentos que antes atuavam em esferas distintas pudessem ser encontrados num mesmo ambiente virtual. Esse é o caso do Mapa de Coletivos de Mulheres (MAMU), iniciativa lançada em 2014, com o objetivo de cadastrar e mapear iniciativas que trabalham com causas e temas relacionados às mulheres.

A amplitude de escopo desse mapa permitiu que a plataforma condensasse uma miríade de propostas de coletivos feministas, com pautas que incluem a discussão sobre direitos humanos, luta contra o preconceito racial e LGBTQ+, passando por movimentos que defendem o parto humanizado, até grupos de feminismo esotérico. Também estão presentes órgãos públicos para a defesa dos direitos das mulheres e organizações que trabalham o empreendedorismo feminino em parceria com empresas. Nas palavras da própria plataforma, o MAMU é um mapeamento de “coletivos, organizações, movimentos, grupos e projetos brasileiros que tem como foco as mulheres, o feminino, o feminismo, nossos ciclos, ritmos, reivindicações e lugares na sociedade” (MAMU, 2018).

O mapa surgiu a partir da ONG feminista Casa de Lua, que encerrou suas atividades em 2016, devido a dificuldades financeiras⁵. A data de seu encerramento coincide com os últimos registros realizados no MAMU. Apesar da inatividade dos registros, seu endereço na internet continua ativo (FIG. 1). A variedade de iniciativas cadastradas no MAMU pode ter origem na diversidade de temas tratados pela Casa de Lua, que começou como um espaço de trabalho colaborativo, mas depois expandiu suas atividades. “Depois de um tempo, a proposta inicial acabou se dissolvendo e dando lugar a outras atividades e ideias, como rodas de conversa sobre violência obstétrica, empoderamento e autoestima, e até mesmo exercícios voltados para a espiritualidade”.⁶

⁵ Disponível em: <https://www.freetheessence.com.br/nova-economia/consumo-colaborativo/casa-de-lua-ong-feminista/>, acesso em 10 jan. 2019.

⁶ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/semanal/casa-de-lua/>, acesso em 10 jan. 2019.

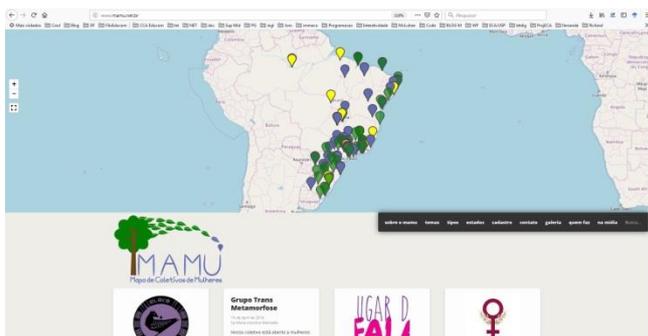


FIGURA 1 - Tela inicial do Portal MAMU
FONTE – PORTAL MAMU (www.mamu.net.br).

O mapeamento começou pelas próprias organizadoras a partir do cadastro de iniciativas mais próximas, de São Paulo e Campinas. Em paralelo, permitiu que os próprios coletivos que se identificassem com a causa pudessem se cadastrar. Ao longo de 2014 e 2016, período em que constam os registros na plataforma, foram inseridas 290 iniciativas, com seus respectivos locais de atuação.

Esse artigo **descreve algumas características indicando uma tipologia da própria base e analisa o enquadramento (*framing*) das iniciativas registradas na plataforma à luz dos estudos sobre os movimentos sociais. O objetivo é entender como as iniciativas se definem e quais as características das chamadas *organizações de movimentos sociais* no rol de propostas. Tais preocupações se justificam, pois são uma forma de compreender os horizontes do atual ativismo feminista no Brasil, bem como perceber o enraizamento e a profissionalização desses coletivos. Dedicar-se, ao mesmo tempo, especial atenção ao papel que a comunicação – inclusive a própria internet – assume nas iniciativas do MAMU, que são comparadas e categorizadas em grupos, de modo a traçar paralelos entre as definições dessas organizações, coletivos e projetos que trabalham dentro do universo das mulheres. Considerando que o texto da descrição dos coletivos é fornecido pelas organizadoras, o estudo contribui também para entender as autodefinições de cada um dos grupos. As ações dos movimentos sociais são importantes para impulsionar os direitos de cidadania. Assim, observar essas iniciativas ajuda a clarificar as pautas atualmente reivindicadas por esses coletivos de mulheres no Brasil.**

É importante ressaltar a consciência dos limites que essa pesquisa possui em termos de articulação da bibliografia de gênero com as análises realizadas. O foco desse trabalho, que poderá ser ampliado em pesquisas futuras, é discutir os movimentos de mulheres presentes na

plataforma MAMU como organizações de movimentos sociais e, portanto, a discussão teórica apresentada se concentra basicamente nesse âmbito.

2. Metodologia

O corpus do trabalho é formado pelas 290 iniciativas descritas no MAMU, utilizadas para a análise descritiva. Já a análise de enquadramento excluiu as chamadas iniciativas “web” e “nacionais” (ver TAB. 3), tendo em vista que as primeiras são, principalmente, publicações e as demais, agrupam temáticas. De qualquer modo, a coleta foi realizada por meio de um *crawler*, programa que extrai informações automaticamente de um site, navegando em sua estrutura. No caso, foi utilizado o plugin Web Scraper, do Google Chrome, que permite a extração de dados em massa, posteriormente copiados para uma tabela Excel. As descrições foram então revisadas e acrescidas, quando disponível, das apresentações disponíveis nos sites e redes sociais dos coletivos, nas seções “Sobre”, “Quem somos”, ou equivalente. Informações buscadas nesse momento foram, sobretudo, relativas ao ano de criação e estrutura dos mesmos.

Inicialmente, é feita uma análise descritiva dos dados, seguida por uma análise de enquadramento dos dados que utiliza o software, MaxQDA. Este programa permite a codificação de termos em massa, e sua posterior extração para uma forma de visualização gráfica, como mapas com os termos codificados (LINDEKILDE, 2014: 213).

O uso do software para análise qualitativa também permite a sistematização dos dados, possibilitando a autocodificação a partir de palavras-chave encontradas no texto. Neste trabalho, esse recurso foi utilizado de maneira supervisionada, retificando os segmentos que foram codificados de maneira errada. Isso significa, por exemplo, que a codificação “Protesto” incluiu a presença da palavra “manifestação”, sempre que utilizada no sentido de protesto. Quando usada no sentido de aparição, como no caso de “manifestação do sagrado”, a palavra não foi codificada como “Protesto”.

Na análise descritiva são mostradas as categorias das iniciativas, seguindo a apresentação da própria plataforma, já a análise de enquadramento segue uma estratégia indutiva, sem se basear em critérios predefinidos, codificando os conceitos na medida em que apareciam no texto. A escolha por essa metodologia decorreu da diversidade das iniciativas.

Uma abordagem estruturada poderia deixar de fora aquelas que não se inserissem em nenhuma das categorias predeterminadas.

A análise de enquadramento, no estudo de movimentos sociais, busca entender como determinadas organizações de movimentos sociais constroem seu discurso de maneira a mobilizar recursos (sejam financeiros ou de engajamento de voluntários às causas) e desencorajar oponentes. O enquadramento, nesse aspecto, procura desconstruir a ideologia subjacente à construção do discurso dos movimentos sociais, quais símbolos são construídos e quais significados estão sendo trabalhados pelos movimentos, de forma a categorizar um determinado fenômeno como importante e digno de mobilização. “Desse modo, o enquadramento torna-se um esforço estratégico para orientar a ativação de discursos e repertórios particulares de compreensão com o objetivo de mobilizar consensos”⁷ (LINDEKILDE, 2014: 201).

A opção pela análise de enquadramento – em vez, por exemplo, da análise de discurso – também segue a lógica da natureza do corpus. Trata-se de textos diversos, de diferentes atores, em número significativo. Assim, tal proposta se justifica, pois parte do pressuposto de que o discurso dos movimentos sociais representa uma ideologia que é colocada em prática (LINDEKILDE, 2014).

A partir daí, os códigos então foram classificados, quanto ao tema abordado pelos coletivos, ao repertório utilizado e ao enquadramento máster (*master frame*) empregado. O objetivo principal foi, então, **dialogando com os dados da análise descritiva, discutir as iniciativas apresentadas frente às questões da natureza dos registros (como o tipo empírico organização de movimento social comparece) e o papel da comunicação e da tecnologia na estruturação das propostas**, além de comparar os temas e as formas como são articulados pelos atores.

2. Dimensões teóricas

Para a análise dos registros do MAMU a teorização a respeito dos movimentos sociais **nos auxiliou nesse processo, sobretudo porque destacam a variável comunicacional dos repertórios (JOHNSTON, 2014) e a representada pela tecnologia (DELLA PORTA; DIANI, 2006), como aspecto que ajuda a formar a estrutura organizacional dos movimentos.** Johnston

⁷ No original: “Thus, framing becomes a strategic attempt to guide the activation of particular discourses and repertoires of understanding with the purpose of mobilizing consensus”.

(2014) defende, a partir das discussões de Charles Tilly, que os movimentos sociais se compõem de: 1) indivíduos e grupos que organizam uma ação coletiva, 2) eventos que compõem esse repertório, e 3) ideias que unem e guiam os protestos. Ele atualiza ainda cada uma dessas esferas, incluindo, no plano da estrutura, as redes de articulação entre diversos atores nos movimentos sociais. A primeira dimensão dos movimentos sociais é discutida a seguir, articulada ao tema das organizações de movimento social, já a segunda e a terceira são abordadas na sequência, associadas a questões comunicacionais.

2.1 As organizações de movimento social

Os atores ou grupos não constituem necessariamente uma *organização de movimento social* (OMS), já que este tipo empírico remete somente a formas específicas de arranjo entre os indivíduos. Tanto a existência desse modelo, quanto sua diversidade, devem ser frisadas, pois muitas vezes as organizações envolvidas em movimentos sociais são descritas como frouxamente estruturadas, o que pode dar a entender que não existem, porém, “na realidade, uma pluralidade de modelos organizacionais coexiste em qualquer movimento social”⁸ (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 161).

A fonte central de legitimidade das OMSs (capacidade de mobilização e protesto para determinada causa) difere da dos partidos (votos) e da dos grupos de interesse (capacidade de influência; por exemplo, sindicatos), por isso a literatura tende a distinguir essas estruturas (JOHNSTON, 2014). A heterogeneidade das formas organizacionais é uma questão relevante e que aponta para diferenciações entre as organizações. O que elas consideram mais importante mobilizar: recursos ou pessoas? A estrutura de decisão – em outras palavras, o poder – é hierarquizada ou horizontal? O direcionamento da ação é prioritariamente externo (dirigido a algum oponente) ou a organização busca oferecer auxílio ou serviço para os participantes (por exemplo, vítimas de violência)? A partir de questões desse tipo, della Porta e Diani (2006) elaboram uma sintética tipologia das OMSs (TAB. 1).

⁸ No original: “in reality, a plurality of organizational models co-exist within any social movement”.

TABELA 1
 Tipos de organizações de movimento social

Tipos de OMS	Características			
	Formalização da estrutura organizacional	Liderança	Papel dos membros comuns	Atuação no tempo
Profissionais	Alta	Dedicada totalmente ao movimento, graças aos recursos obtidos	Pequeno, agindo principalmente como fonte de recursos	Contínua
Participativas – protesto de massa	Intermediária	Profissionalizadas em certo grau e estáveis, mas renováveis a partir de mecanismo de consulta à base	Participam de instâncias de deliberação e mobilizações	Contínua
Participativas – de base	Baixa	A falta de recurso impede lideranças profissionais, e, por vezes, isso se combina ao ethos do grupo	Alta participação a partir de incentivos ideológicos e de solidariedade (causa comum)	Intermitente, podendo alternar períodos de forte atuação com outros de “latência”

FONTE – Elaborado pelos autores a partir de DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 145-150.

O grau de institucionalização (i.e., participação social orgânica e cristalização profissional) apresenta um *continuum* que não deve ser valorado em si mesmo ou ser visto como evolucionário. Na verdade, o movimento social engloba e precede às organizações de movimento social e estas

raramente se institucionalizam. [...] No caso de OMSs, cuja expectativa de vida é curta e cujos objetivos são limitados, um interesse na existência contínua da organização pode nem mesmo se desenvolver. Em outras palavras, a primeira lealdade de seus membros continua sendo para com o movimento, e a organização é vista simplesmente como um instrumento temporário de intervenção.⁹ (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 151)

Entretanto, isso não diminui o interesse de observar como as mulheres no Brasil se organizam coletivamente para reivindicar seus direitos. Assim, essa discussão serve como baliza para as observações, ainda que a tipologia não deva ser absoluta. De fato, embora o repertório de formas organizacionais (assim como o tipo de repertório das formas de protesto, tema discutido a seguir) seja restrito (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 154), será relevante

⁹ No original: “rarely get institutionalized. [...] In the case of SMOs, whose life expectancy is short and whose aims are limited, an interest in the organization’s continuing existence may not even develop. In other words, their members’ first loyalty continues to be to the movement and the organization is simply seen as a temporary instrument for intervention”.

observar as expressões que emergem no campo feminista no país, em particular no que concerne à influência das tecnologias de comunicação.

2.2 Comunicação e identidades na organização e nos repertórios de ação dos movimentos sociais

Tem sido sugerido que as mudanças tecnológicas e nas concepções sobre a atividade política tendem a provocar o desaparecimento de formas tradicionais de organização ou, pelo menos, existe uma tendência para transformação nas mesmas. O debate sobre a organização “em rede” dos movimentos sociais contemporâneos, de autores como Castells (1996), deriva dessas duas fontes de mudança. Na verdade, não é difícil perceber a importância das tecnologias de comunicação nos movimentos sociais e políticos. A perspectiva histórica nota que “a mídia moderna sempre constituiu um canal por meio do qual os movimentos sociais não apenas se comunicam, mas também *organizam* suas ações e *mobilizam* seus participantes”¹⁰ (GERBAUDO, 2012, p. 4, grifos nossos).

No entanto, as tecnologias digitais, particularmente, trouxeram novas possibilidades aos ativismos, de modo que diferentes autores comentam seus impactos. Em certa medida, o alcance transnacionalizado de algumas causas é atribuído a esse tipo de mídia, bem como a organização de indivíduos marginalizados (mas também extremistas) que encontram mais segurança no ambiente virtual. Della Porta e Diani (2006) observam que a mudança tecnológica influencia a estrutura organizacional dos movimentos sociais, assim como suas táticas – a difusão ampla das mensagens das OMSs não depende mais de uma estrutura fortemente estruturada.

Johnston (2014) indaga se o campo de estudo dos movimentos sociais não está sendo profundamente modificado pela forma com que as novas tecnologias têm mudado o repertório dos movimentos. No plano do repertório, esse mesmo autor, valoriza o caráter performático dos protestos, que significa estudar não apenas o conteúdo dos cartazes e dos gritos de ordem, mas também o caráter simbólico do ato de protestar. **Esse campo simbólico** alargou-se a partir do universo digital e suas práticas comunicativas, assumindo formas que são tanto adaptações de repertórios prévios (por exemplo, os abaixo-assinados) quanto

¹⁰ No original: “modern media have always constituted a channel through which social movements not only communicate but also organise their actions and mobilise their constituencies”.

também modalidades possíveis somente na internet, como a ação de vandalismo no site de um adversário da causa (*hacktivism*).

A relativa maior facilidade da ação coletiva, bem como as peculiaridades da agregação, propiciada pelas novas tecnologias repercute também na última dimensão dos movimentos sociais descrita por Johnston (2014, p. 4), a chamada esfera ideacional-interpretativa. Essa dimensão está relacionada ao plano das ideias e envolve o aspecto da identidade coletiva e também o enquadramento de ações coletivas. Ao fazermos o estudo dos enquadramentos poderemos clarificar algumas dessas questões.

2.3 Tendências neoliberais nos movimentos de mulheres

O crescimento da procura e do uso do termo feminismo nos últimos anos, no Brasil sobretudo a partir de 2015, é um fenômeno que vem sendo estudado (CASTILHO; ROMANCINI, 2017). No entanto, uma dimensão importante que os resultados das análises realizadas no presente artigo apontou foi o crescimento de grupos de mulheres que propõem um feminismo que a literatura aponta como neoliberal (FRASER, 2013; ÁVILA, 2018), ou seja, uma proposta de *empoderamento light* (CORNWALL, 2018) que evidencia o papel das mulheres como empreendedoras e as exime da ação coletiva de contestação das desigualdades.

As narrativas de empoderamento que ganharam destaque nas falas das principais instituições e corporações internacionais de desenvolvimento, exaltando seu desejo de capacitar as mulheres a realizarem seu “potencial,” nos oferecem o *empoderamento light*, uma versão de empoderamento destituída de qualquer confrontação com as relações sociais e de poder subjacentes que produzem iniquidades sociais e materiais. (CORNWALL, 2018, p. 3)

Cornwall (2018) salienta que esse empoderamento liberal retrata as mulheres como trabalhadoras maternas altruístas, dedicadas a suas famílias e comunidades, peças-chave para a construção de um mundo melhor, oferecendo poucas perspectivas de desestabilização da concentração de poder e riqueza de uma elite predominantemente masculina. A descrição de alguns grupos encontrado no MANU vão indicar precisamente essa tendência.

3. Análises

3.1 Análise descritiva

A base de dados do MAMU propõe uma autotaxonomia em cinco tipos de iniciativas: Coletivos sem endereço fixo (93, correspondendo a 32,1% do total), Coletivos com endereço fixo (84, 28,9% do total), Projetos e Ações (82, 28,3%), Web (24, 8,3%) e Movimentos nacionais (7, 2,4%), resultando num total de 290 registros. Preliminarmente, também, é interessante pontuar, como mostram, respectivamente, o GRÁF. 1 e a TAB. 2, o ano de surgimento dessas iniciativas e a distribuição por estados e regiões das mesmas.

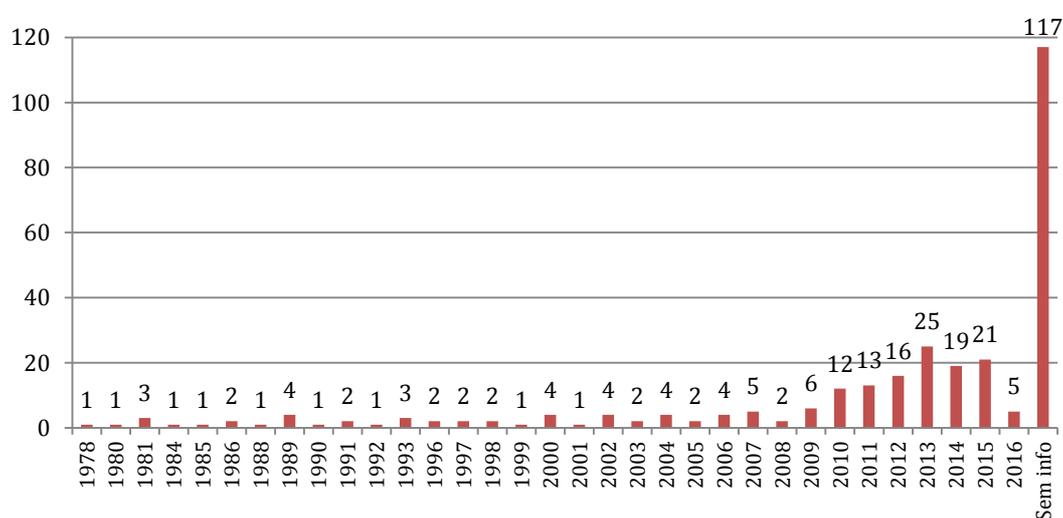


GRÁFICO 1 - Ano de surgimento das iniciativas cadastradas no MAMU

FONTE – Elaboração dos autores.

TABELA 2
Distribuição por estados e regiões das iniciativas do MAMU

Regiões	Estados	Subtotal	Total
NORTE	Amapá	1 (0,4%)	6 (2,3%)
	Amazonas	3 (1,2%)	
	Pará	2 (0,8%)	
NORDESTE	Alagoas	4 (1,5%)	36 (13,9%)
	Bahia	7 (2,7%)	
	Ceará	2 (0,8%)	
	Maranhão	6 (2,3%)	
	Paraíba	5 (1,9%)	
	Pernambuco	8 (3,1%)	
	Piauí	2 (0,8%)	
	Rio Grande do Norte	1 (0,4%)	
Sergipe	1 (0,4%)		
CENTRO-OESTE	Brasília	13 (5,0%)	20 (7,7%)
	Goiás	6 (2,3%)	
	Mato Grosso	1 (0,4%)	
SUDESTE	Espírito Santo	3 (1,2%)	160 (61,8%)
	Minas Gerais	13 (5,0%)	
	Rio de Janeiro	25 (9,7%)	
	São Paulo	119 (45,9%)	
SUL	Paraná	13 (5,0%)	37 (14,3%)
	Rio Grande do Sul	16 (6,2%)	
	Santa Catarina	8 (6,2%)	
Total	--	259 (100,0%)	259 (100,0%)

FONTE – Elaboração dos autores.

Só foi possível obter a informação do ano de surgimento de 173 iniciativas e, como se percebe que 111 (64,1%) destas surgiram a partir de 2010, nota-se que o final da primeira década do século XXI é um marco para a criação de ações e projetos que envolvem o universo das mulheres no Brasil. A região Sudeste concentra a maioria das iniciativas (160, correspondendo a 61,8%), seguida pelas regiões Sul, com 37 (14,3%) e Nordeste, com 36 (13,9%), Centro-Oeste (20, 7,7%) e Norte (6, 2,3%).

TABELA 3
Distribuição por estados e regiões das iniciativas do MAMU

Organizações	Participativas	Semiprofissionais	Profissionais	Total
Coletivos sem endereço fixo	67 (1-E) (23,1%)	21 (6-S, 4-E) (7,2%)	5 (1-S, 1-G) (1,7%)	93 (7-S, 1-G, 5-E) (32,1%)
Coletivos com endereço fixo	36 (2-E) (12,4%)	27 (9-S, 1-E) (9,3%)	21 (1-E) (7,2%)	84 (9-S, 4-E) (28,9%)
Projetos e Ações	24 (8,3%)	37 (20-S, 3-E) (12,7%)	21 (12-G, 1-E) (7,2%)	82 (20-S, 12-G, 4-E) (28,3%)
Web	6 (2,1%)	18 (6,2%)	-	24 (8,3%)
Movimentos nacionais	4 (1,4%)	2 (0,7%)	1 (0,3%)	7 (2,4%)
Total	137 (3-E) (47,2%)	105 (35-S, 8-E) (36,2%)	48 (1-S, 13-G, 2-E) (16,6%)	290 (36-S, 13-G, 13-E) (100,0%)

FONTE – Elaboração dos autores.

Os elementos mais relevantes para a categorização mostrada na TAB. 3 – que combina a autoclassificação do MAMU com nossa adaptação da tipologia de della Porta e Diani (2006) – considera a profissionalização das iniciativas (se possuem equipes, hierarquias, etc.), bem como as formas de participação. Naturalmente, nas organizações *participativas* não existe distinção entre liderança (quando ela existe) e demais participantes. Parece fazer sentido, numa perspectiva de crescimento contínuo e relativamente recente do feminismo no país, um número maior de coletivos desse tipo, 137 (47,2%), em comparação com iniciativas que chamamos de *semiprofissionais* (105, correspondendo a 36,2% do total), isto é, aquelas nas quais observamos a existência de características de organização mais formal. No entanto, elas não alcançam o nível das organizações *profissionais*, 48 (16,6%), que são, de maneira geral, as mais antigas.

Antes de avançar para a questão da multiplicidade temática desses coletivos, é interessante observá-los a partir da discussão proposta das organizações de movimentos sociais. Nessa perspectiva, vale destacar três conjuntos que parecem, até certo ponto, discrepantes em relação às concepções mais tradicionais sobre as OMSs. Assim, são encontradas iniciativas ligadas às estruturas institucionais governamentais (13 no total, marcadas com “G” na tabela) como prefeituras, casos da Secretaria da Mulher da Prefeitura de Curitiba¹¹ ou o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, de Campinas¹². O

¹¹ <http://www.mamu.net.br/?p=1459>.

que indica, diferentemente de parte da literatura sobre os movimentos sociais que defende a distinção entre a esfera estatal e o ativismo, uma característica contemporânea da luta pela cidadania no Brasil, ou seja, a criação de órgãos desse tipo, inclusive com “maior presença de ativistas de movimentos sociais dentro do próprio Estado” (ABERS; BÜLLOW, 2011, p. 65). O quanto essas estruturas representam, de fato, OMSs é, no entanto, um ponto em aberto.

O caso das iniciativas aparentemente de pequenas empresas ou atividades de profissionais liberais que oferecem serviços “espirituais” (36 no total, marcadas com “S” na tabela), como os projetos Mimososa Flor – Espaço Sagrado de Mulheres¹³, de São Paulo, e Pachamama – Ciclos do Sagrado Feminino¹⁴, de Minas Gerais, embora cadastrados na base do MAMU, não representam rigorosamente OMSs, no entanto, talvez possam conduzir participantes para o ativismo feminista mais tradicional.

Outro caso interessante é o das propostas de organização das mulheres para negócios e empreendedorismo – 13, ao todo, marcadas com “E” na tabela. Temos como exemplos o Projeto Entre Elas¹⁵, do Rio Grande do Sul, e a Rede Mulher Empreendedora¹⁶, de São Paulo. O tom dessas iniciativas é menos próximo de um movimento social tradicional, indicando certa aproximação de parte das mulheres no Brasil ao “feminismo neoliberal” (FRASER, 2013; ÁVILA, 2018).

Nessa visão geral, destacamos que todas as iniciativas indicavam e-mail e o uso de site próprio e/ou plataforma web (Facebook, geralmente) era quase integral (apenas duas iniciativas não tinham ao menos um desses espaços digitais). Em outras palavras, a internet se tornou um “novo normal” da comunicação dos movimentos sociais, provavelmente substituindo outras formas (*newsletters* e listas de correio, por exemplo). No entanto, não se percebe, pelo menos ainda, uma forte diferenciação entre movimentos na rede e fora dela. Pouquíssimas iniciativas, como a plataforma Temos que falar sobre isso¹⁷, que coleta relatos anônimos de mães que tiveram dificuldades como a depressão pós-parto ou denúncias de violência obstétrica, utilizam características específicas da internet (no caso, o anonimato) em sua forma de atuação. As principais *affordances* que a internet parece propiciar às iniciativas do MANU são a ampla disseminação informativa e a reunião de grupos dispersos. Nota-se,

¹² <http://www.mamu.net.br/?p=84>.

¹³ <http://www.mamu.net.br/?p=130>.

¹⁴ <http://www.mamu.net.br/?p=839>.

¹⁵ <http://www.mamu.net.br/?p=1712>.

¹⁶ <http://www.mamu.net.br/?p=56>.

¹⁷ <http://www.mamu.net.br/?p=1365>.

aliás, que, nas iniciativas da categoria Web, a maioria corresponde a publicações de grupos – como a revistas Capitolina¹⁸ e Azmina¹⁹. Além disso, a internet favorece uma espécie de ativismo individualizado, que deu origem ao surgimento de algumas “celebridades feministas”, como a autora do blog Escreva Lola Escreva²⁰.

3.2 Análise dos temas

Quanto aos temas, aspecto da identidade coletiva e também do enquadramento de ações coletivas (JOHNSTON, 2014, p. 4), muitos dos movimentos trabalham com um feminismo mais interseccional. Esse é um clássico exemplo de estratégia de extensão de enquadramento que objetiva encontrar pautas comuns que possam atrair e engajar pessoas envolvidas com diferentes causas (BEST, 2008, p. 71). No caso dos 257 movimentos analisados, as agendas mais apresentadas foram a luta contra a violência e o preconceito racial (GRÁF. 2).

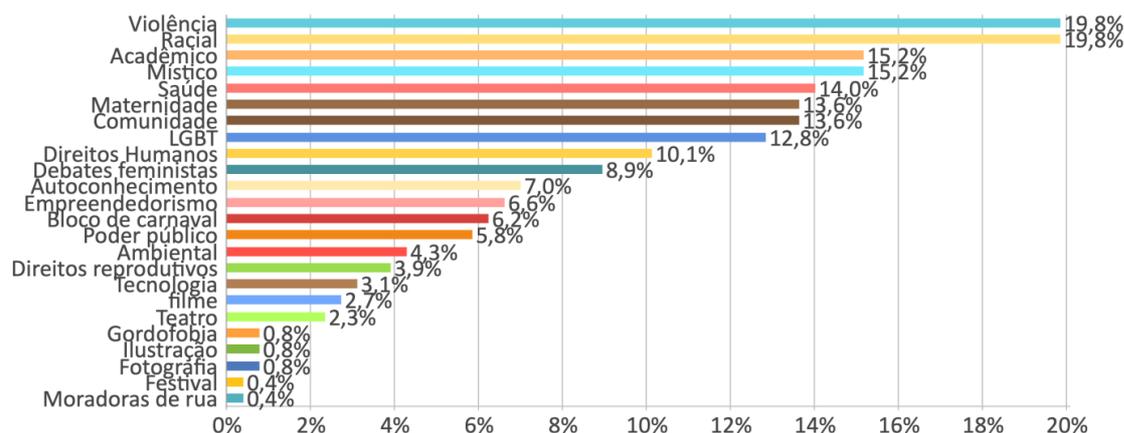


GRÁFICO 2 - Temas das iniciativas cadastradas no MAMU
 FONTE – Elaboração dos autores.

Esses dois temas demonstraram ser altamente transversais. Embora esteja presente em 51 documentos, a violência aparece apenas em 12 como único tema. Em outras 11 vezes está associada às questões raciais e mais 11 vezes relacionada às questões LGBTQ+, sendo que em 7 casos há a intersecção entre os três temas. Um exemplo dessa variante está na descrição do Coletivo Feminista Margaridas, de Jaguarão, no Rio Grande do Sul: “A luta feminista é

¹⁸ <http://www.mamu.net.br/?p=928>.
¹⁹ <http://www.mamu.net.br/?p=1402>.
²⁰ <http://www.mamu.net.br/?p=1437>.

uma luta que envolve várias pautas como o racismo, o capitalismo, a reforma agrária e rural, a gordofobia, transfobia, homofobia, lésbofobia, etc.”²¹.

Vê-se na descrição como a tradicional causa feminista de luta contra a violência é gradativamente estendida a outras pautas. Tal citação pode se caracterizar como uma medida de conexão de enquadramento (*frame bridging*), por meio da qual os “ativistas procuram apoio de pessoas que acreditam ter enquadramentos similares aos seus”²² (BEST, 2008, p. 70).

A violência obstétrica também é umas das questões abordadas, como no caso do Grupo Ventre, de Piracicaba (SP). Em sua descrição, o grupo traz um exemplo de amplificação de enquadramento (*frame amplification*) no qual as ativistas procuram valores ou crenças que convoquem outras mulheres, buscando “despertar reações emocionais, como compaixão ou indignação, para que as pessoas se sintam compelidas a aderir ao movimento”²³ (BEST, 2008, p. 71).

As atividades do Grupo Ventre acontecem na cidade de Piracicaba (SP) e tiveram início em abril de 2014, quando a gestante Adelir Lemos de Goes, moradora de Torres (RS), foi obrigada a se submeter a uma cesárea contra sua vontade, exigida pelo governo. Sua chegada ao hospital foi escoltada por policiais militares, que a ameaçavam de prisão. Tal violência foi prontamente repudiada por diversos grupos ativistas que lutam pelos direitos da mulher e pela maternidade ativa e consciente. No dia 11 daquele mês, milhares de mulheres foram às ruas de várias cidades brasileiras em manifestação contra a violência de Estado cometida no caso.²⁴

Já as questões raciais aparecem isoladamente em apenas 8 iniciativas analisadas, enquanto em outras 22 existe intersecção com causas como a LGBTQ+. De forma particular, 11 estão associadas à violência. O tema LGBTQ+ é o mais transversal dentre os encontrados nos grupos, com 33 ocorrências e o mesmo não aparece isoladamente em nenhum contexto. É importante mencionar que os grupos mencionados até o momento usam várias das estratégias de alinhamento de frame supracitadas.

Conforme a codificação proposta, o terceiro grupo mais frequente são os coletivos relacionados ao ambiente acadêmico, 39 no total. Eles englobam estudantes feministas com diferentes propostas de atuação. Em 19 grupos não há intersecção com outros temas, como no caso do Coletivo Feminista LivraElas:

²¹ <http://www.mamu.net.br/?p=902>.

²² No original: “activists seek support from people thought to hold frames similar to their own”.

²³ No original: “seeks to arouse emotional reactions, such as compassion or outrage, so that people feel compelled to join the movement”.

²⁴ <http://www.mamu.net.br/?p=544>.

O coletivo Feminista LivraElas é um grupo de Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA, campus Santana do Livramento que tem por objetivo promover estudos, debates e atividades culturais relativas às questões de gênero para produzir enfrentamento, acolhimento, sororidade, tecer encontros e pensar ações que potencializem a união entre as mulheres na busca por igualdade e por uma sociedade mais justa.²⁵

Aqui é possível notar uma diferença fundamental em relação aos grupos mencionados anteriormente. Embora haja menção da importância do enfrentamento, como no exemplo acima, tal descrição dificulta a análise proposta, uma vez que não contempla os três componentes dos enquadramentos, que de acordo com Best (2008) são: diagnósticos, que identificam a natureza do problema; o motivacional, que explica por que algo precisa ser feito; e o do prognóstico, que especifica o que precisa ser feito.

Por não se tratar de uma categoria específica, os coletivos do grupo Acadêmico são os que possuem maior hibridez temática. Há 7 ocorrências de entrelaçamento com a violência contra a mulher e outros 7 com a questão racial. Uma das descrições com mais temas inter-relacionados também inclui o Acadêmico e outros 6 assuntos: Direitos Humanos, Direitos Reprodutivos, LGBTQ+, Poder Público, Violência, Saúde. Trata-se do Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero²⁶, de Brasília.

Com 17 anos de atuação e uma cartela de boas conquistas na trajetória, a Anis é uma organização feminista, não-governamental e sem fins lucrativos, reconhecida pela pesquisa social, incidência política, litígio estratégico e projetos de comunicação sobre violações e defesa de direitos, em campos como direitos sexuais, direitos reprodutivos, deficiências, saúde mental, violências e sistemas penal e socioeducativo.²⁷

Nesse caso, a descrição do movimento deixa claro que a organização trata das violações de direitos sexuais e reprodutivos, bem como outros temas relacionados à saúde das mulheres. A gênese do movimento, atribuída a um grupo de pesquisadoras feministas, também chama a atenção por ser um elemento comum a outras iniciativas acadêmicas. Isso indica que o ambiente acadêmico pode se configurar como uma estrutura de oportunidade política para o surgimento de organizações de movimentos sociais.

Essa situação de associação entre uma estrutura acadêmica de acesso privilegiado à informação e a desigualdade de gênero presente nesses ambientes dialoga com estudos sobre a estrutura de oportunidade política, que indicam que ambientes com tais ambiguidades podem promover a atuação de um movimento social. “A acessibilidade mista e contraditória

²⁵ <http://www.mamu.net.br/?p=1611>.

²⁶ <http://www.mamu.net.br/?p=564>.

²⁷ <http://www.anis.org.br>.

umenta isso. A psicologia social por trás dessas relações não é raiva, frustração ou agressão, mas sim o mero cálculo de interesses e oportunidades”²⁸ (JOHNSTON, 2014: p. 51-52).

A temática de Saúde está presente em 36 das iniciativas analisadas, sendo que em 12 delas está entrelaçada com o tema da maternidade, notadamente em torno do parto humanizado, como no caso do Grupo Vínculo, de Campinas.

Grupo de apoio que oferece há 3 anos encontros destinados a gestantes, casais e famílias. Somos uma equipe multiprofissional que tem por objetivo orientar, acolher e informar mulheres e casais que queiram engravidar, que já estejam esperando seu bebê ou que já sejam pais. Nossos encontros são gratuitos e as informações prestadas são sempre baseadas em evidências científicas atuais e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde. Apoiamos o parto humanizado, a criação com apego, a amamentação exclusiva e o protagonismo feminino.²⁹

Iniciativas voltadas ao parto natural e ao aleitamento materno, com cursos pré e pós-natal são também o foco dessas iniciativas. Ao todo o tema maternidade engloba a atuação de 35 coletivos. O chamado feminismo esotérico, que indicamos na base como *Místico*, conta com organizações cuja retórica se distancia da dos movimentos sociais, uma vez que carece do elemento ideológico, do enquadramento diagnóstico, apelo motivacional e prognóstico. **Em grande medida, observa-se uma lógica de prestação de serviços (retiros, vivências, práticas corporais, cursos) ou produtos (velas, roupas, etc.), nesse tipo de iniciativa que propaga um “despertar feminino”.** Em 17 ocorrências o tema aparece sozinho e em outras 7 envolvido de alguma forma com o tema da maternidade.

A codificação Comunidade foi aplicada para tratar grupos que em sua descrição enfatizaram o caráter de trabalho na comunidade ou região em que atuam. Foram encontradas 35 iniciativas como essa, sendo 5 com caráter estritamente comunitário ou periférico. Exemplo desse tipo de descrição pode ser visto no grupo Mulheres na Luta, do distrito do Grajaú, no extremo Sul da cidade de São Paulo.

Somos um coletivo formado por oito mulheres com idade entre 17 e 31 anos na periferia no extremo sul da cidade de São Paulo. Temos realizado rodas de conversa com meninas adolescentes sobre feminismo, além de projeto de educação não-sexista em quatro escolas do Grajaú. Realizamos mensalmente grupos de estudos sobre feminismo periférico e um sarau feminista chamado Sarau das Mina.³⁰

²⁸ No original: “Mixed and inconsistent accessibility increases it. The social psychology behind these relationships is not anger, frustration, or aggression, but rather the cool calculation of interests and opportunities”.

²⁹ <http://www.mamu.net.br/?paged=24>.

³⁰ <http://www.mamu.net.br/?p=1446>.

3.3 Análise dos repertórios

Entre as práticas mais comuns nos movimentos sociais estão as atividades de protesto, como marchas, demonstrações, reuniões, ocupações, greves e manifestações. São o que Johnston (2014) chama de repertório forte, construído a partir do conceito de Tilly. Tais táticas se combinam com as redes de comunicação contemporâneas que permitem ações mais atualizadas, o que Johnston (2014) chama de redes de performance. O conceito de performance é aplicado, pois inclui ações menores, não planejadas, que moldam-se de acordo com a resposta da própria audiência, atuando em rede.

Dito de outro modo, não apenas um movimento social é constituído por uma rede de relações relativamente fixas entre as OMSs, grupos e indivíduos, mas também é uma densa rede de performances, macro e micro, através da qual tanto a esfera estrutural quanto a esfera ideacional-interpretativa é colocada em ação em tempo real.³¹ (JOHNSTON, 2014, p. 23)

Além das demonstrações, os movimentos também necessitam de ações que formem e atraiam apoiadores para suas causas. Nesse sentido, o campo da educação é de grande importância. Steinklammer (2014), em seu trabalho sobre a resistência dos professores de jardim de infância da Áustria, ressalta como a educação possui um caráter emancipador para os movimentos sociais, pois ao mesmo tempo em que forma os ativistas, conscientiza aspectos inconscientes que em muitos casos justificam a existência do movimento. Esse aprendizado pode ocorrer tanto formalmente, por meio de conceitos estruturados, quanto informalmente.

Dentro do repertório das iniciativas cadastradas, as atividades ligadas à educação, como cursos, debates e palestras são predominantes. Ao todo, 115 dos 257 registros do MAMU possuem em sua descrição alguma atividade ligada à formação (GRÁF. 3).

³¹ No original: “To put it another way, not only is a social movement made up of a network of relatively fixed relations among SMOs, groups, and individuals, but also it is a dense network of performances, macro and micro, through which both the structural sphere and the ideational-interpretative sphere are acted out real time”.

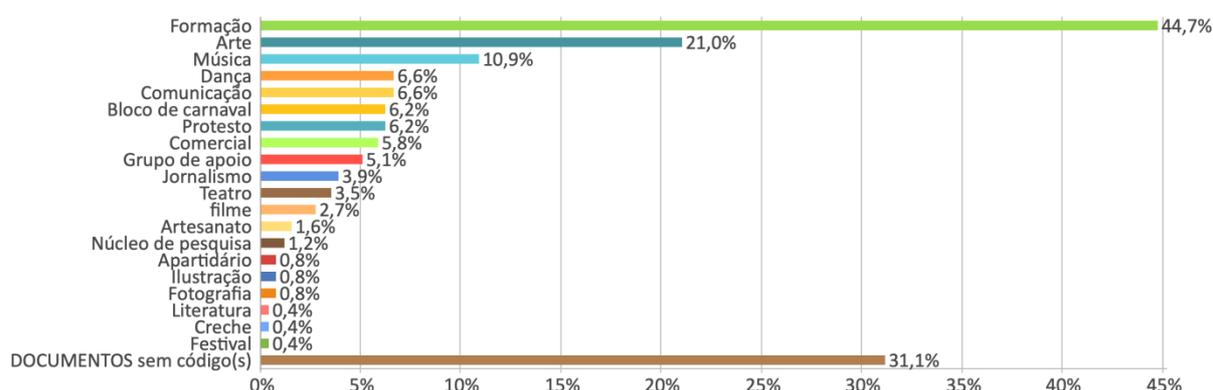


GRÁFICO 3 – Codificação de atividades cadastradas no MAMU

FONTE – Elaboração dos autores.

A arte, ora como elemento educativo, ora performático, está presente em 55 grupos. Em 31 iniciativas, há o entrelaçamento entre atividades de arte e formação, como no caso do coletivo Mulheres da Pedra, do Rio de Janeiro:

Mulheres de Pedra é um coletivo que objetiva valorizar o protagonismo da mulher negra na construção de um outro mundo no qual as relações se tecem através da arte, da educação, da economia solidária e da diversidade cultural. (...) Assim, visa potencializar a criatividade e a autonomia das participantes, desenvolvendo o senso crítico, estético, político e social [...] ³².

Vê-se que há o entendimento de que as atividades artísticas contribuem para a formação e para desenvolver a autonomia das participantes. Por vezes também se fala de intervenções artísticas (mas também comunicativas), que podem ser entendidas como uma forma de protesto, de repertório de movimentos sociais.

Dentre as iniciativas performáticas, destacam-se os blocos de carnaval. São ao todo 16 grupos, todos com pautas focadas nos direitos das mulheres, geralmente com uma abordagem de cunho irônico identificado em seus nomes, como o Bloco das Mulheres Rodadas, que “reuniu cerca de três mil foliões para fazer piada do machismo nas ruas do Rio de Janeiro, onde desenvolvemos ações e eventos ligados a temáticas feministas” ³³, do Rio de Janeiro, ou o Bloco das Perseguidas ³⁴, de Brasília.

O protesto é o foco exclusivo de atividade em 16 iniciativas. Fica clara tal importância para a formação desses grupos, em especial: A Marcha Mundial das Mulheres, de Juiz de Fora (MG) e a Marcha das Vadias (em suas várias edições regionais). Essas atividades também evidenciam a organização em rede dos movimentos sociais (JOHNSTON, 2014). “A

³² <http://www.mamu.net.br/?p=1099>.

³³ <http://www.mamu.net.br/?p=1238>.

³⁴ <http://www.mamu.net.br/?p=1228>.

Marcha das Vadias de São Paulo, assim como a Marchas das Vadias no mundo, marcha para que a sociedade entenda que as mulheres não são responsáveis pela violência que sofrem. A sobrevivente NUNCA é culpada. Culpado é o agressor”.³⁵

O protesto pode ser também o meio pelo qual um grupo ingressa nessas redes de performances, como no caso do Coletivo Maria Maria, formado por mulheres do movimento estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que em 2007 se tornou um núcleo da Marcha Mundial das Mulheres. Em outras ocasiões, os protestos constituem a gênese de alguns grupos, caso do Coletivo de Mulheres de Aracaju³⁶, criado após a Marcha das Vadias de 2012 na cidade, ou o Coletivo Feminista Cláudia da Silva, cuja origem também está conectada à organização dessa marcha, no Paraná.

Por se tratar de um coletivo recém-formado e independente financeiramente, o grupo vende bolsas ecológicas para arrecadar verba para pode realizar atividades, como campanhas de conscientização na Rua XV de Novembro, que ocorrem a cada dois meses. Além de promover palestras nos colégios de Guarapuava sobre a importância do combate à toda opressão e preconceito, o coletivo também oferece um espaço de discussão nas reuniões, portanto venha se informar, venha lutar.³⁷

Cabe notar na descrição desse grupo também a preocupação da iniciativa de classificar como independente e trabalhar a necessidade de mobilização de recursos, outra corrente de análise dos movimentos sociais (JOHNSTON, 2014). Ao todo, 15 iniciativas possuem atividades comerciais. O Bloco Ilu Obá de Mim, por exemplo, enfatiza o papel dos patrocinadores na obtenção de recursos. “No carnaval de 2017 tivemos como patrocinador Skoll (sic), além do apoio do Sindicato dos Comerciantes e, para realização, contamos com o apoio da Prefeitura de São Paulo e Secretaria Municipal de Cultura”³⁸.

Na maioria dos casos, as atividades como a da Boutique de Krioula³⁹, loja virtual com temas afro-brasileiros, de teor comercial (incluindo também os serviços espirituais), estão distantes do conceito de organizações de movimentos sociais.

Dentro da arte, a música é um destaque, uma vez que tem conexão com as iniciativas de blocos de carnaval, seguido pela dança ocupando um papel preponderante dentro dos grupos que trabalham a temática mística, como o paulista Círculo de Mulheres Todo Ser⁴⁰, que abordam a “sacralidade feminina”.

³⁵ <http://www.mamu.net.br/?p=100>.

³⁶ <http://www.mamu.net.br/?p=972>.

³⁷ <http://www.mamu.net.br/?p=1691>.

³⁸ <http://www.mamu.net.br/?p=1266>.

³⁹ <http://www.mamu.net.br/?p=328>.

⁴⁰ <http://www.mamu.net.br/?p=1534>.

Já foram realizadas algumas considerações sobre o papel da comunicação digital no MAMU, notando a importância da internet, embora não se possa falar numa ruptura com modelos e repertórios do passado. As atividades comunicativas são mencionadas por 17 grupos do mapa. As estratégias variam entre ataque, uso de mídias alternativas (sendo que estas duas categorias podem se combinar, principalmente hoje pela internet) e adaptação, para utilizar a conceitualização de Rutch (2013) sobre o uso da mídia pelos movimentos sociais. A comunicação é reconhecida como instrumento importante para dar visibilidade à causa. No caso do Geledés Instituto da Mulher Negra, uma das mais antigas OMSs da amostra (foi criada em 1988), a comunicação é vista “como uma questão vital para os movimentos sociais em geral e para as mulheres negras em particular, pois além de instrumento de visibilidade, a Comunicação é tratada como um nexo de empoderamento”⁴¹.

Fala-se ainda em oficinas de mídia alternativa e inclusão digital no caso da Marcha das Vadias de Campinas⁴². Há também o caso de iniciativas especificamente criadas com a pauta da comunicação, como o caso da bem-sucedida ONG Think Olga⁴³, de São Paulo. Estes exemplos concentram-se dentro do que Rutch (2013) classifica como o desenvolvimento de mídias alternativas, facilitado pela internet. Outro exemplo é o Mariasmarias⁴⁴, projeto que visa a divulgação de informações, num site, para o combate à desigualdade de gênero. As próprias publicações da categoria Web, comentadas antes, se aproximam desse tipo de uso da comunicação.

Já a Agência Patrícia Galvão se caracteriza como uma estratégia de adaptação, pois propõe fornecer informações aos jornalistas, tornando-se um hub de conteúdo, com cobertura qualificada sobre o tema. Coloca-se como uma iniciativa que pretende dar “mais amplitude à cobertura jornalística sobre os direitos das mulheres”⁴⁵.

3.4 Enquadramento máster

Algumas vezes, os movimentos sociais propõem um enquadramento de temas mais amplo, chamado de enquadramento máster (*master frame*), que corresponde aos valores e crenças compartilhados pelo público em geral, que acabam por influenciar como as ações

⁴¹ <http://www.mamu.net.br/?p=821>.

⁴² <http://www.mamu.net.br/?p=115>.

⁴³ <http://www.mamu.net.br/?p=97>.

⁴⁴ <http://www.mamu.net.br/?p=1215>.

⁴⁵ <http://www.mamu.net.br/?p=363>.

coletivas são formadas (JOHNSTON, 2014). O autor exemplifica os movimentos pró-aborto nos EUA, que enquadraram o tema do direito pelo aborto, dentro de um enquadramento máster de “direitos do cidadão”, que estava em evidência com a ascensão dos movimentos de direitos civis e direitos da mulher (JOHNSTON, 2014, p. 65-66).

A FIG. 2 expõe a lógica do enquadramento máster do que foi codificado no trabalho como luta social. O termo foi escolhido a partir de conceitos que enfatizavam a opressão vivida por um grupo, ou o caráter de luta contra a ordem estabelecida do movimento. No caso do grupo Odara – Instituto da Mulher Negra, de Salvador, essa codificação aparece na forma de um discurso de luta por autonomia política e inclusão, que denota um diagnóstico de exclusão e preconceito na sociedade.

Somos uma organização negra feminista que visa superar em nível pessoal e coletivo a discriminação e o preconceito, bem como buscar alternativas que proporcionem a autonomia e inclusão sociopolítica das mulheres negras na sociedade. O Instituto surgiu a partir das especificidades do ser mulher e negra numa sociedade estruturada pelo racismo, sexismo e outras formas de opressão.⁴⁶

Pode-se dizer que o grupo traz aqui um enquadramento máster mais voltado à crítica social que apresenta temas frequentes nos códigos observados no corpus.

⁴⁶ <http://www.mamu.net.br/?p=351>.

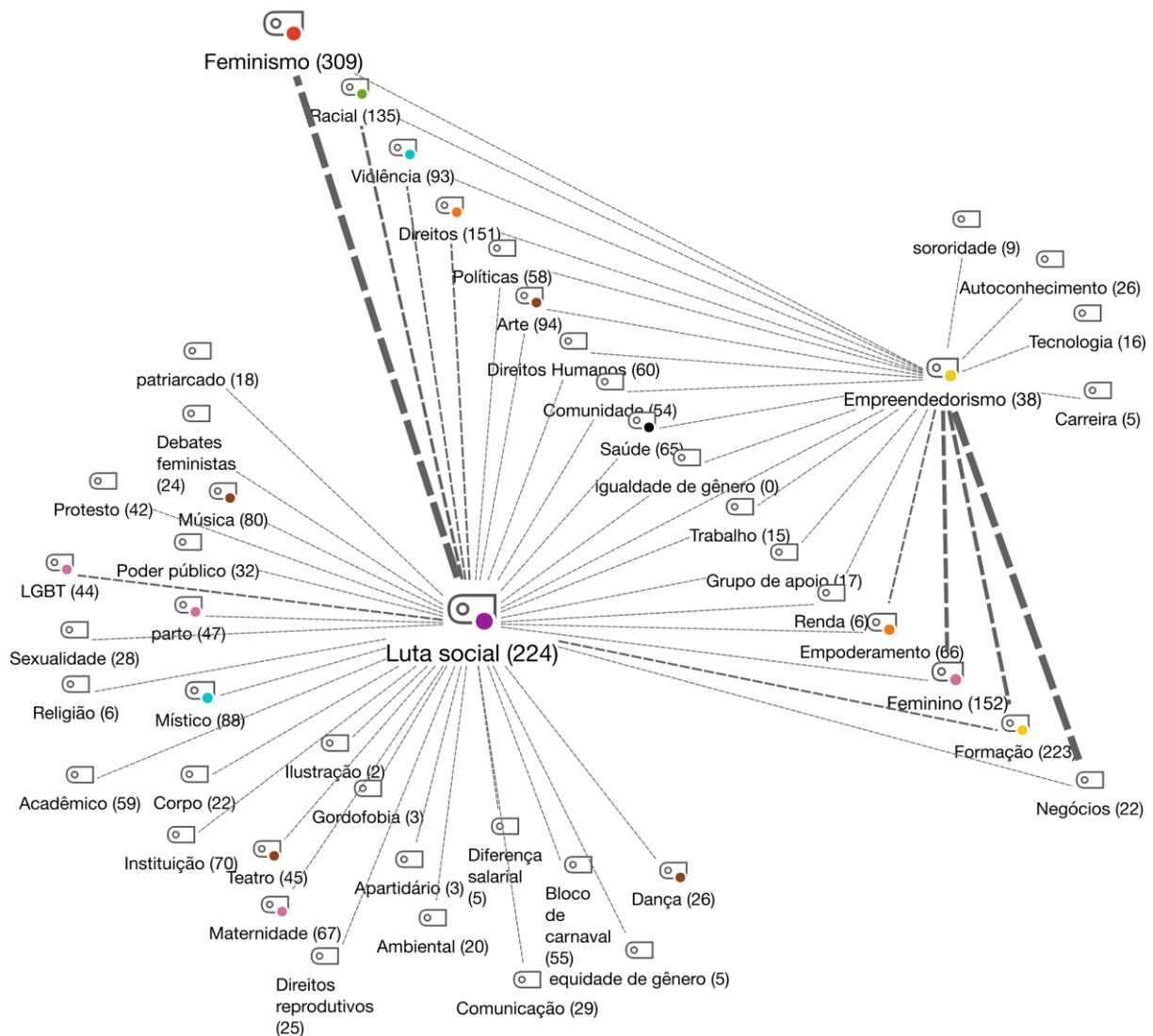


FIGURA 2 - Mapa dos códigos: Luta Social x Empreendedorismo
 FONTE – Elaboração dos autores.

Um enquadramento máster que se contrapõe a esse é o dos grupos que trabalham o empreendedorismo, como a iniciativa Jogo de Damas, de Porto Alegre, que possui uma vertente mais neoliberal. Inclusive o próprio campo semântico utilizado é diferente: por exemplo, não se fala de luta, mas de inspiração para as mulheres. A iniciativa, no caso, não usa a palavra feminista ou feminismo em sua definição. O foco é no trabalho para a carreira e negócios, que se insere num contexto mais favorável ao capitalismo:

O Jogo de Damas é uma plataforma de conteúdo e inspiração para mulheres, com foco na vida profissional, empreendedorismo e negócios. Além do site e redes sociais, promovemos eventos pelo Brasil sempre trazendo mulheres para compartilharem sua experiência, seus cases de negócios e conhecimento. [...] O Jogo de Damas é o primeiro parceiro brasileiro do Lean In (ONG de Sheryl Sandberg, que promove o desenvolvimento profissional feminino). Além disso, Deb

Xavier, idealizadora do Jogo de Damas é embaixadora da ONU para o Dia Global do Empreendedorismo Feminino.⁴⁷

Há apenas dois casos de movimentos que entrecruzam empreendedorismo com luta social. Um deles é o instituto Consulado da Mulher (Manaus), que “assessora mulheres em situação de vulnerabilidade social para que, com sua atividade empreendedora, possam gerar renda e melhorar sua qualidade de vida”⁴⁸ (MAMU, 2018). O outro é o Via Mulher Bahia, Associação composta por mulheres (negras, indígenas e brancas), que tem por finalidade o “debate pelo viés da economia solidária feminista e do empoderamento de mulheres”⁴⁹, em conformidade com os casos analisados por Cornwall (2018).

4. Considerações

Entendemos que numa amostra tão diversa, com iniciativas, projetos, coletivos e organizações, nem todos os registros do MAMU correspondem a organizações de movimentos sociais – embora alguns casos, sejam menos claros do que outros, como as organizações estatais e as iniciativas de prestação de serviços espirituais. Além disso, apesar de muitos dos registros possuírem elementos que poderiam categorizá-los como OMS, apenas aqueles que se encaixam no enquadramento máster de luta social parecem conter os elementos necessários para serem considerados conectados, estritamente, aos movimentos sociais feministas.

Na retórica dos movimentos que adotam a luta social como enquadramento máster, a ideia de “equidade de gênero” é por vezes empregada, como se pode observar no mapa de conceitos. Tal conceito está mais ligado à necessidade de originar ações afirmativas que promovam a igualdade, como cotas de participação de mulheres. Já a ideia de “igualdade de gênero” divide-se entre os grupos das diferentes vertentes. No caso, a ideia de busca de igualdade de gênero traz consigo outro diagnóstico, de uma necessidade formal e ilimitada de igualdade de condições.

A retórica da luta social traz também o apartidarismo – uma característica histórica de alguns movimentos sociais brasileiros desde a redemocratização (MISCHE, 2008) – como aspecto importante para alguns movimentos. Grupos que adotaram esse enquadramento

⁴⁷ <http://www.mamu.net.br/?p=1145>.

⁴⁸ <http://www.mamu.net.br/?p=1667>.

⁴⁹ <http://www.mamu.net.br/?p=1312>.

mestre também foram os que mais se conectaram a atividades próprias dos movimentos sociais, como o protesto.

Não à toa, as iniciativas que se consideram feministas agregam quase sempre essa retórica de luta social. O termo feminista ocorre em 41,2% dos (106) das 257 iniciativas analisadas. Já a codificação luta social está presente em 29,18% (75) do total. Na maioria das vezes (63 iniciativas) os termos *luta social* e *feminismo* aparecem juntos.

Como contribuições para futuros temas de estudo, percebeu-se a emergência de um feminismo que utiliza a retórica do “empoderamento” e pode ser associado ao neoliberalismo (FRASER, 2013). Nesse sentido, é importante analisar como o conceito de “empoderamento” está presente em movimentos com os mais variados aspectos. Estudos futuros podem indicar se se trata de um conceito que unifica esses vários atores ou de uma apropriação por parte das organizações como meio de legitimação perante os movimentos sociais.

Também interessante é o papel dos blocos de carnaval que funcionam como um misto de protesto e festa popular, apesar do tema já possuir estudos (GARCIA; SOUSA, 2015; MACHADO; ARAÚJO 2016), serão válidas análises do ponto de vista comunicacional, contribuindo para o campo dos repertórios dos movimentos atuais ao observar o ambiente mais ambíguo do carnaval como oportunidade política de protesto. **Em face da demonstrada importância dos grupos acadêmicos e universitários, de caráter geralmente de base, será interessante, ainda, perceber se eles disseminam novas formas de ação e se dirigem a outros formatos de ativismo.**

Uma limitação do estudo é o fato de que a base do MAMU provavelmente não cobre todas as iniciativas das lutas das mulheres e talvez subestime a ação de grupos fora da região Sudeste e também de âmbito governamental. De qualquer modo, o trabalho procurou cumprir o objetivo de apresentar um panorama das iniciativas do movimento feminista no Brasil, discutindo suas características.

Referências

ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2011.

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Disponível em: www.anis.org.br, acesso em 20 dez. 2018.

ÁVILA BRAVO-VILLASANTE, M. Feminismo neoliberal, esa “otra” cosa escandalosa. VII Congreso Universitario Internacional Investigación y Género, **Anais...**, p. 53-66, 2018.

- BEST, J. **Social problems**. Nova Iorque: WW Norton & Company, Inc., 2008.
- CASTELLS, M. **The Information Age**. V. I: The Rise of the Network Society. Oxford/Cambridge, MA: Blackwell, 1996.
- CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. 'Fight like a girl': Virtual bedroom culture in public school occupations in Brazil. **Catalan Journal of Communication & Cultural Studies**, v. 9, n. 2, p. 303-320, 2017. doi: http://dx.doi.org/10.1386/cjcs.9.2.303_1
- CORNWALL, A. Além do "Empoderamento Light": empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 52, e185202, 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800520002>.
- FRASER, N. **Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis**. Londres: Verso Books, 2013.
- GARCIA, D.; SOUSA L. "No carnaval a fantasia é minha. O corpo é meu": memória e rupturas feministas na folia. **Rua**, v. 21, n. 1, p.87-107, 2015.
- GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. Londres: Pluto Press, 2012.
- JOHNSTON, H. **What is a Social Movement?** Londres: Polity Press, 2014.
- LINDEKILDE, L. Discourse and frame analysis: in-depth analysis of qualitative data in social movement research. In: DELLA PORTA, D. (ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 195-227.
- MACHADO, F.; ARAÚJO, T.. Quando o feminismo encontra o carnaval: o 'bloco das mulheres rodadas' e a luta por direitos. **Enfoques**, v. 15, Dez. 2016, p. 111-125.
- MAMU. Mapa de Coletivos de Mulheres. Disponível em: <http://www.mamu.net.br/>, acesso em 12 dez. 2018.
- MISCHE, A. **Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- RUCHT, D. Protest movements and their media usages. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (eds.). **Mediation and protest movements**, Bristol, UK, Chicago: Intellect Books, 2013. p. 249-268.
- STEINKLAMMER, E. Learning to resist. In: CLOVER, D. E.; CROWTHER, J.; HALL, B. L. (eds.). **Learning and Education for a Better World**. Rotterdam: SensePublishers, 2012, p. 23-39.